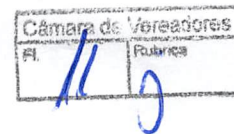




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 58/2020

Data: 28/09/2020 - Página 1 de 1

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 58/2020 que *"Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Serafina Corrêa para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024"*.

Relatório:

O presente Projeto de Lei, de iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores, visa a fixação do subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o quadriênio 2021/2024.

Fundamentação:

Por tratar-se de matéria de interesse local, cabe ao município editar Lei, em atendimento ao princípio da Legalidade, para definir o subsídio dos agentes políticos municipais.

Portanto, o subsídio de que trata a presente proposição, deve ser fixado pelas Câmaras Municipais e observar o princípio da anterioridade de legislação e das respectivas eleições, ou seja, deve ser fixado em cada legislatura para a subsequente e antes das eleições, conforme disposto no artigo 29, inciso V da Constituição Federal¹ e artigo 35, inciso XX da Lei Orgânica Municipal².

Cabe ressaltar, por oportuno, que não houve aumento no valor fixado como subsídio, em atendimento ao disposto no art.21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em atendimento ao artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que acompanha o Projeto de Lei, impacto orçamentário.

Opinião:


Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 58/2020, proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores.


Ver. Olderes Maria Piazza Santin
Relatora

Voto do Presidente: **Aprova o Parecer**


Ver. Rogério Carlos Fedrigo
Presidente

Voto da Revisora: **Aprova o Parecer**


Ver. Marcos Antônio Marssaro
Revisor

¹ Art.29. O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:
(...)

V- subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, §2º, I,

² Art. 35. É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

(...)
XX – fixar o subsídio de seus membros, do Prefeito, do Vice-Prefeito e de seus Secretários Municipais em cada legislatura para a subsequente e em data anterior às eleições;